

MERCOSUL/RED/ATA N° 02/21

**XXVIII REUNIÃO ESPECIALIZADA DE AUTORIDADES DE APLICAÇÃO EM
MATÉRIA DE DROGAS (RED)**

Realizou-se no dia 26 de outubro de 2021, no exercício da Presidência *Pro Tempore* do Brasil (PPTB), Reunião Especializada de Autoridades de Aplicação em Matéria de Drogas (RED), por sistema de videoconferência, em conformidade com o disposto na Resolução GMC N° 19/12, com a presença das delegações da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai. A Delegação da Bolívia participou, em conformidade com o estabelecido na Decisão CMC N° 13/15. As Delegações da Colômbia, Equador, Peru participaram, em conformidade com o estabelecido na Decisão CMC N° 18/04.

A Lista de Participantes consta no **Anexo I**.

A Agenda da Reunião consta no **Anexo II**.

O Resumo da Ata consta no **Anexo III**.

O Programa de Trabalho 2021-2022 consta no **Anexo IV**.

Na reunião foram tratados os seguintes temas:

1. ABERTURA DA REUNIÃO

Em suas palavras iniciais, o conselheiro Carlos Eduardo da Cunha Oliveira, do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, recordou que o crime organizado transnacional teria uma natureza complexa, que atravessa fronteiras e envolve múltiplas jurisdições, e que operaria de forma cada vez mais articulada, muitas vezes envolvendo mais de uma modalidade criminosa, como o tráfico de armas e a lavagem de dinheiro. Afirmou que, para fazer face a esse fenômeno, a cooperação seria essencial. Instou os presentes que procurassem traduzir as discussões e compromissos em respostas concretas aos desafios comuns. Nesse sentido, recordou a Decisão CMC N° 36/10 obriga todos os foros da estrutura do MERCOSUL a desenvolver e monitorar as atividades incluídas nos programas de trabalho bienais.

Oliveira asseverou que o problema mundial das drogas afeta, de diferentes maneiras; em diferentes frentes, todos os nossos países. Fez menção ao Relatório Mundial sobre Drogas, que observa que o uso de drogas, especialmente maconha e cocaína, tem se intensificado nos países latino-americanos, que estão se deixando tornar não apenas países de origem ou de trânsito, mas também de consumo dessas substâncias ilícitas.

Compartilhou que o Brasil tem procurado fazer a sua parte para enfrentar esse fenômeno. Disse que, em 2019, o país adotou nova lei de drogas e nova política nacional de drogas. Comentou que, no combate ao narcotráfico, o Brasil se beneficiou de uma mudança de paradigma, que prioriza o uso da inteligência policial para desmontar a estrutura de liderança das organizações criminosas e expropriar e administrar os recursos oriundos dessas atividades. Sublinhou acreditar firmemente que cortar os recursos econômicos dos chefões do tráfico seria uma das estratégias mais eficazes para combater esse tipo de crime. Deu exemplos de bens de organizações criminosas apreendidos pela Polícia Federal e vendidos em leilões públicos para gerar receita para o Fundo Nacional Antidrogas. Informou que esses valores quadruplicaram para US \$ 28 milhões em 2020 e ajudaram a complementar os investimentos em equipamentos, em programas de redução da oferta e demanda, na realização de estudos e em atividades de treinamento.

Em seguida, os chefes de delegação dos demais países proferiram suas palavras iniciais e apresentaram suas delegações: senhor Nicolás Vidal, da Argentina; senhor René Corrêa, da Colômbia; senhor Ivan Enriquez, do Equador; senhora Zully Rolon, do Paraguai e senhor Daniel Radio, do Uruguai.

2. REDUÇÃO DA DEMANDA

O senhor Luis Gonzalez Kleis, da área de saúde integral da Secretaria Nacional de Drogas do Uruguai apresentou as políticas de redução da demanda no país. Afirmou que o Uruguai entende a saúde do cidadão, de modo integral e holístico, o que incorpore tratamento, prevenção e reinserção social das pessoas que usam drogas. Citou algumas das medidas tomadas na área de redução da demanda: (i) tentar atrasar a idade de início do uso de drogas; (ii) tentar aumentar a percepção de risco que as pessoas têm das drogas; (iii) aumentar a acessibilidade dos serviços de tratamento para pessoas que tem um uso problemático de drogas; (iv) aumentar a utilização de medidas em cuidado para pessoas que usam drogas; (v) facilitar o acesso a políticas públicas em geral e a não discriminação à pessoas que usam drogas. Sublinhou que o Uruguai está realizando ações nos 19 departamentos do país, para adaptar as políticas de drogas à realidade local. Comentou que o Uruguai dispõe de 394 pontos de acesso e atenção à população.

A doutora Zila van der Meer Sanchez realizou apresentação sobre a adaptação, implementação e avaliação do programa #Tamojunto no Brasil. Enfatizou que o Brasil teve, no passado, dificuldade para adotar políticas de redução da demanda no âmbito escolar. Em 2013, o Brasil teria adotado programas internacionais que

seguem as boas práticas e têm evidências de sucesso na redução da demanda, como os programas Famílias Fortes e Unplugged. O programa #TamoJunto seria uma adaptação do programa Unplugged. Comentou o processo de avaliação e adaptação do programa de 2013 em diante. Disse que, nas pesquisas mais recentes, o #TamoJunto 2.0 reduziria 22% a 30% na possibilidade de os jovens provarem bebidas alcoólicas pela primeira vez. Enfatizou a importância da relação entre a universidade e o poder público.

Alejo Quintero, da Diretoria de Promoção e Prevenção do Ministério da Saúde da Colômbia, apresentou os avanços na implementação do pilar 1 da "Ruta Futuro" e a política de prevenção e atenção integral do consumo de substâncias psicoativas. Esclareceu que, na política "Ruta Futuro", o primeiro pilar teria como objetivo a redução do consumo de drogas. Apresentou a situação do consumo de substâncias psicoativas na Colômbia. Sublinhou a importância de considerar a questão de gênero em relação ao uso de drogas e seu impacto, na medida em que as mulheres podem ser desproporcionalmente afetadas. Enfatizou a necessidade de planejar, implementar e avaliar, de forma permanente, as políticas de redução da demanda. Expôs as metas intersetoriais da política colombiana, bem como os "Hitos em planeación", que, em parceria com os conselhos departamentais, adaptaria as medidas à realidade local.

Rosa Saldivar, Diretora Geral de Redução da Demanda da Secretaria Nacional Antidrogas do Paraguai, apresentou a política de redução de demanda no âmbito da Política Nacional de Drogas daquele país. Destacou nove objetivos estratégicos da política de redução da demanda do Paraguai. Mencionou a inauguração de um centro de atenção para usuários de drogas para internação de curto prazo. Fez referência ao programa de prevenção do consumo de drogas e álcool entre jovens em idade escolar. Destacou o programa "Aprender a Prevenir", programa para crianças no início do ensino básico. Mencionou ações para prevenção comunitária, como a iniciativa "Construindo culturas preventivas". Apresentou o serviço "Llamame 172", que atende pessoas com consumo problemático de drogas, e que teve um aumento expressivo das chamadas durante a pandemia. Citou as ações de capacitação para profissionais de saúde, que se beneficiaram com o uso de tecnologias para realizar treinamentos virtuais.

María Ignacia Páez Monge, Gerente de Saúde Mental do Ministério da Saúde do Equador, discorreu sobre o fortalecimento dos espaços ambulatoriais e pisos protegidos. Sublinhou que o tratamento de saúde para pessoas com consumo problemático de drogas e álcool no país é oferecido ao público amplo por meio da saúde pública. Disse que, no Equador, há um Modelo de Atenção Integração de Saúde Familiar, Comunitário e Intercultural (MAIS), que é um manual que orienta, entre outras, as políticas de redução da demanda no país. Sublinhou que o país dispõe de três níveis de atenção às pessoas que utilizam drogas, desde o atendimento comunitário em ambulatórios locais até a possibilidade de internação hospitalar de longo prazo, na cidade de Quito. Citou que o Equador dispõe de 839 unidades de serviço ao total. Apresentou cada um dos serviços de que dispõe o serviço de saúde equatoriano. Realizou exposição sobre os efeitos da pandemia sobre o serviço de saúde mental do Equador.

3. REDUÇÃO DA OFERTA

Frank Casas, Diretor de Assuntos Técnicos da Comissão Nacional para o Desenvolvimento e Vida sem Drogas (DEVIDA) do Peru, apresentou a Política Nacional contra as Drogas 2030. Insistiu que a fabricação de cocaína está relacionada a um fator externo e econômico, qual seja a demanda por drogas ilícitas em países como Brasil, países europeus, Estados Unidos, entre outros. Mostrou que, logo após o início da pandemia, houve uma queda na demanda externa por drogas e, logo, houve queda na produção e nos preços da cocaína no Peru. Afirmou que a Política Nacional contra Drogas visa a aumentar os custos de transação do crime organizado transnacional, e cria Zonas Estratégicas de Intervenção. Sublinhou a importância de focar esforços no cálculo da cocaína que o Estado peruano evita que ingresse no mercado global, ao invés de adotar ações com base na área plantada de coca. Reiterou o consumo de folha de coca tradicional como patrimônio cultural imaterial do país.

Fernando de Almeida Lopes, Coordenador-Geral de Gestão e Planejamento de Ativos Apreendidos, da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD) do Brasil, informou que, na gestão de ativos realizada no passado, os bens se acumulavam e perdiam valor até ter o perdimento declarado pela Justiça. Afirmou que, a partir da Lei 13.886/2019, o juiz passou a ter 30 dias para declarar a alienação antecipada do bem. Aduziu que nova legislação passou a permitir que o bem pudesse ser vendido pela metade do preço de mercado. Mencionou que o Decreto 9.662/2019 definiu, como competência da SENAD, a alienação de ativos de quaisquer atividades ilícitas, e não apenas os bens relacionados ao tráfico de drogas. Notou que, em 2021, foram realizados 175 leilões públicos para a venda de ativos apreendidos do crime organizado, no quais se arrecadaram aproximadamente R\$240 milhões. Afirmou que esses recursos são destinados para o Fundo Nacional de Drogas e reinvestidos nas ações de redução da oferta e redução da demanda de drogas.

Gustavo Camilo Baptista, Diretor de Políticas Públicas e Articulação Institucional da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD) do Brasil, realizou apresentação sobre a política nacional de drogas e sobre a oferta de cursos. Mencionou ações da SENAD em investimentos para o fortalecimento das forças de segurança pública. Fez menção ao Projeto Minerva, de capacitação dos laboratórios forenses estaduais e dos peritos que trabalham nesses serviços. Citou o Projeto Mercúrio, que inclui o Projeto Front, curso sobre fundamentos para repressão ao crime organizado, e Projeto CaPtando, curso sobre a política nacional de drogas. Fez referência ao Projeto Cloacina, no qual se avalia o consumo de drogas na população a partir da análise das águas de esgoto.

O delegado Fabrício Rocha, da Polícia Federal (PF) do Brasil, fez intervenção sobre as ações de sua corporação na repressão às drogas. Brasil. Disse que a PF tem três diretrizes: (i) descapitalização das organizações criminosas; (ii) prisão de líderes dessas organizações; (iii) cooperação internacional. Afirmou que a apreensão de drogas é importante, mas crescentemente se dá valor à descapitalização, gestão de ativos e alienação desses bens. Recordou que o Brasil faz fronteira com países produtores de drogas ilícitas, como Colômbia, Paraguai, Peru e Bolívia, e que há um ingresso dessa droga pelo modal aéreo e

pelo modal terrestre. Explicou o procedimento de interdição de avionetas que entram e território brasileiro. Deu detalhes sobre o tráfico de drogas através do modal marítimo, bem como referiu os números das apreensões em portos brasileiros nos últimos anos. Apontou os esforços de erradicação de cultivos ilícitos de *cannabis* no Paraguai no âmbito das Operações Nova Aliança.

Juan Manuel Nuñez, líder do pilar 3 da política "Ruta Futuro" da Colômbia, fez apresentação sobre a estratégia territorializada contra o crime organizado relacionado com drogas ilícitas em zonas de fronteira internacional. Nuñez disse que foi aprovado, na Colômbia, o Plano Nacional de Política Criminal, que relaciona o tráfico de drogas a outras atividades delitivas, como tráfico de armas, tráfico de pessoas, contrabando, entre outros. Destacou que a estratégia de combate ao crime organizado foi territorializada, ou seja, passou a concentrar-se em zonas específicas do território colombiano. Declarou que há zonas prioritárias de natureza rural e zonas de natureza urbana. Referiu que, em cada uma das regiões, é realizado um diagnóstico de capacidades e se elabora um plano de ação, que inclui a assistência técnica e formação para os agentes de segurança pública, bem como a formulação de projetos.

Alexander Rivera, líder do pilar 2 da política "Ruta Futuro" da Colômbia, realizou apresentação sobre cultivos ilícitos e zonas de manejo especial. Declarou que Colômbia tem a segunda maior biodiversidade no planeta, depois do Brasil. Mencionou que, nessas áreas, há a invasão de cultivos ilícitos de arbustos de coca. Mostrou números da área plantada de coca na Colômbia, que teve grande crescimento entre 2003 e 2017, e voltou a reduzir-se desde então. Informou que 48% da produção de coca está em zonas de manejo especial, que inclui áreas de proteção ambiental, áreas indígenas, zonas quilombolas. Informou sobre a tendência de crescimento ou queda da área plantada em cada uma das áreas nas zonas de manejo especial.

Mónica Santos Gordillo, da Direção Geral de Repressão ao Tráfico de Drogas do Ministério do Interior do Uruguai apresentou as políticas de redução da oferta no país. Contou que a droga mais apreendida no Uruguai é o cloridrato de cocaína, que tem origem, segundo amostras forenses, na Bolívia, Peru e Colômbia, seja para consumo no país ou para reexportação para países europeus e asiáticos. Mencionou que a droga ingressa no território uruguaio por meio de voos clandestinos, por via marítima no porto de Montevideu pela contaminação de exportações, com destaque para a Hidrovia Paraguai-Paraná, ou por via terrestre, por meio de veículos particulares. Apresentou dados estatísticos e casos de apreensões no país.

O agente especial Cesar Pirus, Diretor de Investigação e Combate ao Crime Organizado da Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD) do Paraguai realizou apresentação sobre casos emblemáticos da Direção Geral de Inteligência. Referiu que, na Operação Spectrum, foram presas 7 pessoas e foram apreendidos 8 imóveis rurais e 1.160 cabeças de gado. Mencionou a "Operação Domínio", na qual foi apreendida cerca de 3 toneladas de cocaína, foram presas diversas pessoas. Revelou que na "Operação Além Mar" foram apreendidos 310 quilos de cocaína e 300 quilos de *cannabis*, além da prisão do traficante "Minotauro". Explicou que na "Operação North", foi desbaratada uma rede de

traficantes de *cannabis*, com prisão de 22 pessoas. Discorreu sobre a "Operação Status", na qual foram apreendidos mais de 20 imóveis rurais. Falou, ainda, sobre as operações Fronteira Segura II e sobre a recaptura do traficante internacional de drogas Jorge Teófilo "Samura" Samudio.

O major Jorge Miño, da Gendarmeria Nacional da Argentina, realizou apresentação sobre os aprendizados na pandemia, incluindo mudanças de modalidade e rotas do tráfico. Falou sobre tendências detectadas em razão das restrições relacionadas à pandemia de COVID-19, entre as quais (i) atomização das operações de introdução e transporte de drogas; (ii) introdução de novas metodologias relacionadas ao comércio de drogas via web (iii) aparente utilização intensiva do meio aéreo. Deu exemplos de cada uma dessas tendências.

Rodrigo Gómez, da Prefeitura Naval Argentina, abordou o tráfico de drogas por hidrovia, incluindo a detecção de modalidades e os possíveis vínculos com organizações criminosas que operam em territórios dos países do Mercosul. Disse que um dos objetivos estratégicos da Prefeitura Naval argentina é detectar e neutralizar as possíveis rotas do tráfico internacional de drogas. Manifestou que, em relação à *cannabis* e à *cocaína*, as modalidades de ingresso são diversas: via transversal fluvial, via fluvial na Hidrovia Paraguai-Paraná e via terrestre.

4. OUTRAS APRESENTAÇÕES

Gonzalo Ivan Enriquez Ordoñez, Especialista de Desenvolvimento Alternativo Preventivo e Desenvolvimento Alternativo Integral e Sustentável do Equador, recordou que o desenvolvimento alternativo é uma política relacionada à substituição de cultivos ilícitos por cultivos lícitos, produtivos e lucrativos. Afirmou que a política de desenvolvimento alternativo seria preventiva, no Equador, pois não há registro de cultivos de drogas no território do país. Referiu que o Estado faz intervenções em zonas consideradas vulneráveis com projetos sociais, ambientais e agrícolas. Mencionou as ações internacionais relacionadas ao desenvolvimento alternativo no Equador, como a realização de comissões mistas com Bolívia, Colômbia e Peru, bem como COPOLAD III.

5. PROPOSTA DE PARÁGRAFO PARA O "COMUNICADO CONJUNTO DE PRESIDENTES DOS ESTADOS PARTES E ESTADOS ASSOCIADOS DO MERCOSUL"

As delegações presentes aprovaram a seguinte proposta de parágrafo para o "Comunicado Conjunto de Presidentes dos Estados Partes e Estados Associados do MERCOSUL":

Reafirmamos, en la XXVIII Reunión Especializada de Autoridades de Aplicación en Materia de Drogas del MERCOSUR, nuestro compromiso en abordar el Problema Mundial de las Drogas por medio de estrategias integrales, equilibradas y multidimensionales, que incorporen la perspectiva de género y la

interseccionalidad, estén basadas en evidencia científica y sean respetuosas de los Derechos Humanos y del medio ambiente. Respecto a la reducción de la demanda, nos comprometemos a fortalecer la prevención, la atención, el tratamiento, e integración social, considerando, cuando oportuno, el desarrollo alternativo integral y sostenible. En cuanto a las políticas de reducción de la oferta, nos comprometemos a fortalecer los mecanismos de cooperación para incrementar los esfuerzos en el control del tráfico ilícito de estupefacientes y en la afectación de las rentas criminales, por medio de la incautación de bienes del crimen organizado y, cuando oportuno, a través de proyectos de desarrollo alternativo tradicional o preventivo.

6. PROGRAMA DE TRABALHO 2021 - 2022

Em cumprimento à Decisão CMC N° 36/10, que obriga todos os foros da estrutura do MERCOSUL a desenvolver e monitorar as atividades incluídas nos programas de trabalho bienais, as delegações presentes aprovaram, unanimemente, as seguintes ações do Programa de Trabalho 2021-2022 (Anexo IV) e elevaram para consideração do GMC.

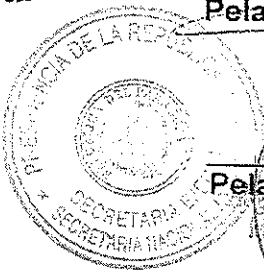
ANEXOS

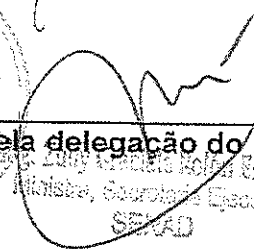
Os Anexos que fazem parte da presente Ata são os seguintes:

Anexo I	Lista de Participantes
Anexo II	Agenda
Anexo III	Resumo da Ata
Anexo IV	Programa de Trabalho 2021-2022


Lic. Gabriela A. Torres
Secretaría de Estado
SEDRONAR
Jefatura de Gabinete de Ministros


Pela delegação da Argentina



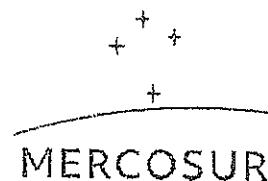
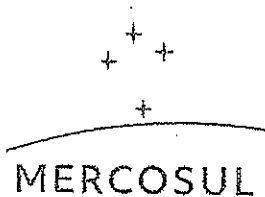

Pela delegação do Paraguai
Luz María López Esquivel
Ministra, Secretaría Ejecutiva
SEDRONAR

Pela delegação da Bolívia


Pela delegação do Brasil
Cons. Carlos Eduardo da Cunha Oliveira

Pela delegação do Uruguai


Dr. DANIEL RADÍO PRESTA
SECRETARIO GENERAL
JUNTA NACIONAL DE DROGAS



XXVIII REUNIÃO ESPECIALIZADA DE AUTORIDADES DE APLICAÇÃO EM
MATÉRIA DE DROGAS (RED)

MERCOSUL/RED/ATA N° 02/21

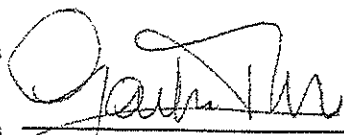
PARTICIPAÇÃO DE ESTADOS ASSOCIADOS

Ajuda-Memória

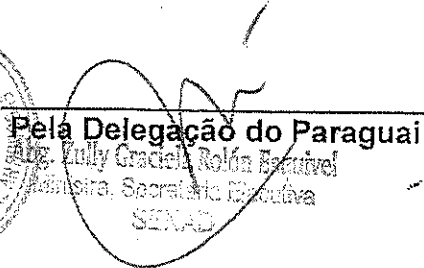
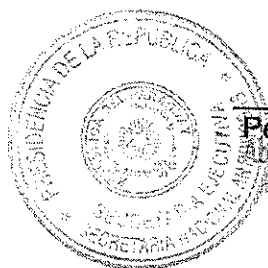
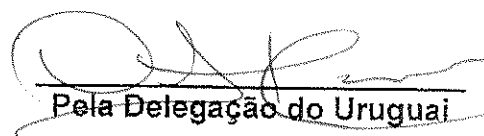
26 de outubro de 2021

As delegações da Colômbia, do Equador e do Peru participaram em sua condição de Estados Associados, em conformidade com o estabelecido na Decisão CMC N° 18/04, da XXVIII reunião ordinária da RED, no tratamento dos temas da agenda e manifestou seu acordo com respeito à Ata.

Lic. Gabriela A. Torres
Secretaria de Estado
SEDONAR
Jefatura de Gabinete de Ministros


Pela Delegação da Argentina

Pela Delegação do Brasil
Cons. Carlos Eduardo da Cunha Oliveira


Pela Delegação do Paraguai
Lic. Gully Graciela Rolón Espinosa
Ministra, Secretaría Ejecutiva
SENAD
Pela Delegação do Uruguai

DANIFI RADÍO PRESTA
SECRETARIO GENERAL
COMISIÓN NACIONAL DE DROGAS

Pela Delegação da Bolívia

Pela Delegação do Colômbia

Pela delegação do Equador

Pela delegação do Peru